



<b>PARECER</b>
<b>AUTUADO: MACEDO E SOUZA LTDA.</b>
<b>CNPJ/CPF: 19.046.218/0012-68</b>
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO CAP: 437439/15</b>
<b>AUTO DE INFRAÇÃO: 6030/2015</b>
<b>AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 155065/2015</b>

Infringência: Lei 7.772/1980			
Penalidade: Artigo 83 do Decreto Estadual 44.844/2008			
Anexo	Agenda	Código	Descrição da Infração
I	FEAM	106	Instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem as licenças de instalação ou de operação, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.

## 1 RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do Auto de Infração n.006030/2015 do dia 13/02/2015, vez ter sido constatado que o empreendimento, iniciou suas instalações sem a devida regularização ambiental. Conforme Auto de Fiscalização o recorrente já tinha instalado seis tanques subterrâneos de combustíveis de 60m<sup>3</sup> cada um e realizado parte da pavimentação do pátio e sistema de drenagem. Cuida-se de atividade de posto revendedor de combustível.

Referido processo foi retirado de pauta, vez que o parecer anteriormente realizado concedia equivocadamente redução do valor da multa em 50% (cinquenta por cento).

Ademais, o Princípio da autotutela impõe a administração o poder-dever de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade.

Dessa forma, a autotutela funda-se no princípio da legalidade administrativa: se a Administração Pública só pode agir dentro da legalidade, é de se considerar que os atos administrativos eivados de ilegalidade devem ser revistos e anulados, sob pena de afronta ao ordenamento jurídico.

Portanto, tal ato foi revisto (Parecer anterior), antes da reunião COPAM nº 144<sup>a</sup>, pois conforme se verificará adiante, não caberia tal redução.

Ademais, o referido Auto de Infração foi lavrado, com fundamento no art. 83, anexo I, código 106 do Decreto de nº. 44.844/08 e pela prática da infração





supramencionada fora aplicada a penalidade de multa simples no valor total de R\$ 30.052,27 (trinta mil, cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos) e suspensão das atividades de instalação.

Apresentada defesa, esta foi julgada improcedente, pois conforme parecer processual, o recorrente não trouxe aos autos argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, sendo que não se desincumbiu de comprovar o alegado, sendo mantida a penalidade aplicada no auto de infração.

Em 20/07/2016, o recorrente foi notificado da decisão do processo nos termos do artigo 42, do Decreto Estadual 44.844/2008, sendo que inconformado com a decisão, em 18/08/2016 interpôs recurso conforme previsto no artigo 43 do citado Decreto.

Em sede de recurso o recorrente alega a assinatura e cumprimento do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, e requer suspensão da exigibilidade da multa, ou redução de 90% (noventa por cento) da multa para pagamento a vista, ou redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa em 5 (cinco) parcelas iguais e sucessivas.

É o relatório.

## 2 FUNDAMENTO

Inicialmente, cumpre ressaltar que o recurso apresentado é tempestivo, nos termos do artigo 43, caput, do citado Decreto.

O Decreto 47.042/2016, art. 73A, dispõe que compete a URC do COPAM julgar os recursos interpostos contra decisões proferidas pelo Subsecretário de Fiscalização Ambiental e pelos Superintendentes Regionais de Meio Ambiente.

Destaca-se ainda, o Decreto Estadual nº 46.953/16, o qual dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM –, de que trata a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, estabeleceu em seu art. 3º, que compete ao COPAM, decidir, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades pela prática de infração à legislação ambiental, nos termos da legislação vigente:

*Art. 3º O COPAM tem por finalidade deliberar sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, competindo-lhe:*

*(...)*

*VI – decidir, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades pela prática de infração à legislação ambiental, nos termos da legislação vigente.*

No mesmo sentido dispõe o art. 9º, V, “b” do Decreto Estadual nº 46.953/2016:

*Art. 9º As URCs são unidades deliberativas e consultivas encarregadas de propor e compatibilizar, no âmbito de sua atuação territorial, as políticas de*





*conservação e preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, competindo-lhes:*

*(...)*

*V – decidir, em grau de recurso, como última instância, sobre:*

*b) aplicação de penalidades pela prática de infração à legislação ambiental, nas hipóteses a serem estabelecidas em regulamento, de acordo com o valor da pena pecuniária aplicável ao caso;*

No mérito

Ultrapassado o breve relatório, há que se adentrar a análise das razões recursais, a fim de demonstrar, ao final, que não merece guarida as questões postas pelo Recorrente, senão vejamos.

Primeiramente cumpre ressaltar que o TAC foi cumprido integralmente pelo autuado, conforme Relatório Técnico de Fiscalização NUCAM/TMAP – ID Sistema de Fiscalização:9813 (fl.211/213).

Quanto a suspensão da exigibilidade, vejamos o que dispõe o Decreto 44.844/2008:

*Art. 49. As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa nos seguintes casos:*

*I - assinatura do termo de ajustamento de conduta a que se refere o § 3º do art. 76 quando houver cumulação da penalidade de multa com a penalidade de suspensão;*

Assim, como o Termo foi assinado a época da suspensão das instalações do empreendimento, o coerente e acertado seria a não cobrança do crédito enquanto persistisse o Termo supra, e assim ocorreu.

No entanto, o referido Termo foi dado baixa em 10/01/2019 haja vista o cumprimento satisfatório de todas os itens constantes na Clausula Segunda (fl. 216). Dessa feita, não mais de se falar em suspensão de exigibilidade da multa aplicada.

Pugna, o recorrente, também que, no caso da não suspensão da exigibilidade, quanto ao pagamento das multas, que o valor seja reduzido com desconto de 90% (noventa por cento), para adimplemento à vista, conforme prevê o art. 10, I da Lei 21.735/2015. Quanto ao tema, tecemos o seguinte:

A Lei 21.735/2015 originalmente previa em seus arts. 9º e 10:

*Art. 9º Fica criado, nos termos de regulamento, o programa de incentivo de pagamento de créditos não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados.*

*Art. 10. O débito consolidado poderá ser pago:*

*I - à vista, com até 90% (noventa por cento) de redução das multas;*





Atualmente prevê que:

*Art. 9º Fica criado, nos termos de regulamento, o programa de incentivo de pagamento de créditos não tributários, vencidos até 30 de novembro de 2017, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados.*

*§ 1º O débito será consolidado na data do pedido de ingresso no programa, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 5º, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação não tributária.*

*Art. 10. O débito consolidado poderá ser pago:*

*I - à vista, com até 90% (noventa por cento) de redução dos acréscimos legais; (alterado pela Lei nº 22.549, de 30/06/2017) grifo nosso*

Assim, conforme descrito acima, a redução de 90% sobre o valor da multa foi alterada pela Lei nº 22.549/2017, fazendo constar na nova redação, art. 10, I, que a redução de 90% é sobre os acréscimos legais, não mais sobre o valor da multa.

Ademais, superado essa fase, tal requerimento não merece prosperar, pois conforme Decreto Estadual nº 47.246/2017, que regulamentou o programa, o prazo para requerimento de ingresso no programa de pagamento incentivado de créditos estaduais não tributários seria até **30 de novembro de 2017**.

*Art. 11 – O prazo para requerimento de ingresso no programa de pagamento incentivado de créditos estaduais não tributários será até 30 de novembro de 2017.*

Todavia, o recorrente não trouxe aos autos prova que aderiu ao programa conforme determina o Decreto, portanto, não faz jus aos benefícios contidos no referido programa.

Por fim, quanto à redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, tem-se que não é cabível porque essa redução só é aplicada no caso em que há dano ambiental; degradação ambiental, bem como poluição, assim como não foi constatado nenhum desses requisitos, não há de se falar em redução, senão vemos o art. 49, §2º do Decreto 44.844/2008:

*§ 2º – A multa poderá ter o seu valor reduzido em até cinquenta por cento, **na hipótese de cumprimento das obrigações relativas a***





*medidas específicas para reparar o dano ambiental, corrigir ou cessar a poluição ou degradação ambiental, ou alternativamente com a realização de ações ou o fornecimento de materiais que visem à promoção e melhoria de atividades de educação ambiental, regularização e fiscalização ambiental, assumidas pelo infrator no termo de ajustamento de conduta, desde que promovidas dentro dos prazos e condições nele previstos. (grifo nosso)*

Assim, por todo o exposto, opinamos pelo **IMPROVIMENTO DO RECURSO**, com manutenção da decisão administrativa de primeiro grau, no valor de R\$ 30.052,27 (trinta e dois mil, cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), valor que deverá ser corrigido conforme art. 5º da Lei Estadual nº 21.735/2015 e art. 50 do Decreto Estadual 46.668/2014, nos termos da Nota Jurídica AGE 4292/2015.


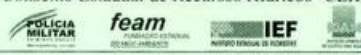
Assim sendo, apresenta-se o Processo Administrativo à Egrégia Unidade Regional Colegiada do COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para julgamento. Há de ressaltar que a decisão proferida é irrecorrível, nos termos do artigo 69 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Uberlândia, 10 de abril de 2019.	
<b>Joelma Maria Santos Silva</b> Gestora Ambiental - DCP SUPRAM TMAP	
<b>Anderson M. Sena</b> Analista Ambiental - DREG	
<b>De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez</b> Diretor de Regularização Ambiental	

*De acordo: Wanessa Rangel Alves  
Diretora de Controle Processual*

**Wanessa Rangel Alves**  
Diretora de Controle Processual  
da SUPRAM-TMAP  
Masp 1472918-0



	<b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b> SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH 		<b>1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 006030 / 2015</b> <b>Lavrado em Substituição ao AI nº:</b> _____ Vinculado ao: <input type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº 155065 de 13/04/2015 <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº: _____ de ____/____/____								
	<b>3. Órgão Responsável pela lavratura:</b> <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> SGRAI <input type="checkbox"/> SUCFIS <input type="checkbox"/> PMMG		<b>2. Auto de Infração possui folha de continuação?</b> <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Local: <u>Campina Verde</u> Dia: <u>13 / Abril / 2015</u> Hora: <u>09:40</u>								
<b>4. Autuado</b>	Nome do Autuado/ Empreendimento: <u>Macedo e Souza Ltda</u>										
	Data Nascimento: _____		Nome da Mãe: _____								
	<input type="checkbox"/> CPF: <u>14.046.218/0012-68</u>		<input type="checkbox"/> Outros: _____								
	Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) _____ Nº. / km: <u>1143</u> Complemento: _____										
Bairro/Logradouro: <u>Centro</u>		Município: <u>Campina Verde</u>		UF: <u>MG</u>							
CEP: <u>38240-000</u>		Cx Postal: _____	Fone: (____) <u>9433-1766</u>	E-mail: _____							
<b>5. Outros Envolvidos/ Responsáveis</b>	Nome do 1º envolvido: _____		<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____	Vínculo com o AI nº: _____							
	Nome do 2º envolvido: _____		<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____	Vínculo com o AI nº: _____							
<b>6. Descrição Infração</b>	<u>Autuado por instalar atividade de extração (potencialmente poluidora (posto de rendimento de combustíveis) sem a licença de instalação.</u>										
	<u>" " " " " " " " " " " "</u>										
	<u>" " " " " " " " " " " "</u>										
	<u>" " " " " " " " " " " "</u>										
<b>7. Coordenadas da Infração</b>	Geográficas: _____		DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000								
	Planas: UTM _____		FUSO 22 <u>K</u> 23 _____ 24 _____								
Latitude: _____		Longitude: _____		Seg _____							
X= <u>655444</u> (6 dígitos)		Y= <u>7858523</u> (7 dígitos)		Seg _____							
<b>8. Embasamento legal</b>	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. N°	Órgão
	<u>83</u>	<u>I</u>	<u>106</u>	—	—	<u>44844/08</u>	<u>7772/80</u>	—	—	—	—
<b>9. Atenuantes /Agravantes</b>	<b>Atenuantes</b>					<b>Agravantes</b>					
	N°	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	N°	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento	
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
<b>10. Reincidência</b>	<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica										
<b>11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP</b>	Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total		
	<u>1</u>	<u>6</u>	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			<u>30.052,27</u>	—		<u>30.052,27</u>		
	ERP:	Kg de pescado:		Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$					
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$: _____ ( _____ )										
	Valor total das multas: R\$ <u>30.052,27</u> ( <u>Trinta mil e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos</u> )										
	No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ _____ ( _____ )										
<b>12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações</b>	<u>com suspensão da atividade de instalação referente ao posto de combustíveis.</u>										
	<u>O autuado deve regularizar o ponto de origem ambiental competente.</u>										
	<u>" " " " " " " " " " " "</u>										
	<u>" " " " " " " " " " " "</u>										
<b>13. Depositário</b>	Nome Completo: _____					<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____ <input type="checkbox"/> RG: _____					
	Endereço: Rua, Avenida, etc. _____					Nº / km: _____		Bairro / Logradouro: _____		Município: _____	
	UF: _____	CEP: _____	Fone: _____			Assinatura: _____					
O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA <u>SEMA</u> , NO SEGUINTE ENDEREÇO: <u>Prça Tubal Viçela nº 3, Centro</u>											
<b>14. Assinaturas</b>	01. Servidor: (Nome Legível) _____					MASP: _____		Assinatura do servidor: _____			
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) _____					Função/Vínculo com Autuado: _____		Assinatura do Autuado/Representante Legal _____			





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 155065

/20 15 Folha 2/3

2. AGENDAS: 01 [X] FEAM 02 [ ] IEF 03 [ ] IGAM Hora: 09:45 Dia: 13 Mês: 02 Ano: 2015

3. Motivação: [X] Denúncia [ ] Ministério Público [ ] Poder Judiciário [ ] Operações Especiais do CGFAI [ ] SUPRAM [ ] COPAM/CRH [ ] Rotina

4. Finalidade  
FEAM: [ ] Condicionantes [X] Licenciamento [ ] AAF [ ] Emergência Ambiental [ ] Acompanhamento de projeto [ ] Outros  
IEF: [ ] Fauna [ ] Pesca [ ] DAIA [ ] Reserva Legal [ ] DCC [ ] APP [ ] Danos em áreas protegidas [ ] Outros  
IGAM: [ ] Outorga [ ] Outros

5. Identificação  
01. Atividade: POSTO REVENDEDOR DE CONDUTIVIS  
02. Código: F-06-01-7  
03. Classe: 05  
04. Porte: G  
05. Processo nº: 4  
06. Órgão: 4  
07. [X] Não possui processo  
08. [ ] Nome do Fiscalizado: MACEDO E SOUZA LTDA  
09. [ ] CPF: 19.046.218/0012-68  
10. [X] CNPJ  
11. RG: 4  
12. CNH-UF: 4  
13. [ ] RGP [ ] Tit. Eleitoral  
14. Placa do veículo - UF: 4  
15. RENAVAM: 4  
16. Nº e tipo do documento ambiental: 4  
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica): POSTO DECIO  
18. Inscrição Estadual - UF: 4  
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia: RUA 38  
20. Nº / KM: 3343  
21. Complemento: 4  
22. Bairro/Logradouro: CENTRO  
23. Município: CAMPINA VERDE  
24. UF: MG  
25. CEP: 31.270-000  
26. Cx Postal: 4  
27. Fone: (34) 919713-1766  
28. E-mail: 4

6. Local da Fiscalização  
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc.: RODOVIA BR 364  
02. Nº / KM: 3343  
03. Complemento: 4  
04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade: ZONA RURAL  
05. Município: CAMPINA VERDE  
06. CEP: 31.270-000  
07. Fone: (34) 919713-1766  
08. Referência do local: 4  
Geográficas: DATUM [ ] SAD 69 [ ] Córrego Alegre  
Planas UTM: FUSO 22 23 24 X= 6554415 (6 dígitos) Y= 7858523 (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

07 01. Assinatura do Agente Fiscalizador 02. Assinatura do Fiscalizado



EM FISCALIZAÇÃO AO EMPREENDIMENTO FOI CONFIR-  
TADO OU INFORMADO QUE A ATIVIDADE A SER DESENVOLVI-  
DA SERÁ A REVENDA DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS, COM AS  
ATIVIDADES DE APOIO DE RESTAURANTE E LOJA DE PEÇAS.

O INÍCIO DAS ATIVIDADES SE DEU APROXIMADAMENTE  
EM DEZEMBRO DE 2014, COM A TERRAPLANAGEM. JÁ FORAM  
INSTALADOS DOIS (02) TANQUES SUBTERRÂNEOS DE 60 m<sup>3</sup> CA-  
DA UM E FEITO PARTE DA PAVIMENTAÇÃO DO PÁTIO E SISTE-  
MA DE DRENAGEM PLUVIAL. SEGUNDO INFORMADO NÃO HOUVE  
SOLUÇÃO DE NENHUMA ÁRVORE ISOLADA.

PARA AS ATIVIDADES DE RESTAURANTE E REVENDA DE  
PEÇAS, POSSUI DECLARAÇÕES DE NÃO POSSÍVEL DE LICEN-  
CIAMENTO.

POR ESTAR INSTALANDO SEM LICANÇA AMBIENTAL,  
AS ATIVIDADES RELATIVAS AO APOSTO DE COMBUSTÍVEIS SERÃO  
SUSPENSAS ATÉ A REGULATIZAÇÃO JUNTO AO ÓRGÃO.



8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)

ANDERSON M. SCNA

MASP

J. 225 711-9

Assinatura

Órgão ☒ SEMAD☐ FEAM☐ IEF☐ IGAM

02. Servidor (Nome legível)

MASP

Assinatura

Órgão ☐ SEMAD☐ FEAM☐ IEF☐ IGAM

03. Servidor (Nome legível)

MASP

Assinatura

Órgão ☐ SEMAD☐ FEAM☐ IEF☐ IGAM

Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização

04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)

Assinatura

Função / Vínculo com o Empreendimento

CONSTRUTORA